

Parte I – A delegação e a crença no estado: tecendo uma narrativa possível sobre a constituição de “sujeitos LGBT” no Brasil

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. A delegação e a crença no estado: tecendo uma narrativa possível sobre a constituição de “sujeitos LGBT” no Brasil. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 43-46. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6. <https://doi.org/10.7476/9788575115152.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE I

A DELEGAÇÃO E A CRENÇA NO ESTADO: TECENDO UMA NARRATIVA POSSÍVEL SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE “SUJEITOS LGBT” NO BRASIL

Cena 1 – Noite de cinco de junho de dois mil e oito

Cheguei ao centro de convenções, um prédio vistoso no plano piloto de Brasília, mais um entre os muitos feitos para se destacar na arquitetura de largas avenidas. Notei um esquema de segurança inusitado sendo montado, incluindo algo que me pareceu um detector de metais. Fui perguntar. Disseram que “aquilo tudo” era por causa da possível presença do presidente Lula. Já dentro do salão lotado, cerca de mil pessoas talvez, me acomodei onde foi possível, um lugar quase na última fileira. À entrada de Lula seguiram-se muitas palmas, gritos e urros de saudação e contentamento. Lá na frente do salão, de pé atrás de um púlpito coberto com a bandeira do arco-íris, o presidente iniciou o pronunciamento oficial na abertura da I Conferência Nacional GLBT. Durante o discurso do presidente, cerca de 20 minutos, foram vários os momentos de aplauso em cena aberta. Ao final, as pessoas subiram nas cadeiras

para ver melhor, fiz o mesmo. Lula pegou uma criança no colo, que se aproximou do microfone e puxou: “Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia...”. No que foi acompanhada pelo presidente e todos os demais presentes.

Iniciei o projeto que deu origem à minha tese de doutorado, agora transformada neste livro, a partir da convocação da I Conferência Nacional LGBT,¹ e realizei uma pesquisa de campo de forma mais ou menos contínua desde o acompanhamento dessa primeira conferência, em 2008, até a realização de sua segunda edição, em dezembro de 2011.

Nessa primeira parte, proponho uma análise comparativa, mas sem realizar um cotejamento exaustivo termo a termo. Procuo desenhar o cenário no qual a pesquisa teve início e levantar algumas das principais questões que são aprofundadas ao longo do texto por meio da apresentação de cenas e conteúdos expostos nesses eventos e documentos.

Parte do que é apresentado aqui reflete um processo contrastivo da minha percepção do campo no tempo, ou traz a marca do desenvolvimento do próprio campo no tempo. Como será visto no material selecionado para montar esta seção, é perceptível, e não irrelevante, que na primeira conferência eu dediquei mais ênfase ao que é dito e feito nos discursos de abertura e nas falas de painéis expositivos. Já na segunda conferência, o que aparece com mais destaque são falas e cenas dos debates ocorridos na plenária final. Essa diferenciação pode ser considerada segundo dois planos de interpretação. Um deles está diretamente relacionado à minha percepção do *campo da pesquisa*. Três anos e seis meses separam uma conferência da outra, e, em 2011, na segunda edição do evento, pude olhar e reconhecer processos que só se colocam a descoberto para aqueles que são um pouco mais *entendidos* no “jogo político” do campo, nos termos de Bourdieu. A dificuldade

¹ A conferência foi convocada com a sigla GLBT, mas, posteriormente, convencionou-se que a sigla padrão a ser utilizada, ao menos até o presente momento, seria LGBT. Portanto, adoto essa ordem ao longo do livro, a não ser em momentos em que justamente a alteração das letras da sigla ganha relevância para a análise em curso.

de compreensão que, numa mirada mais rápida, poderia denotar a complexidade da linguagem expressa, em verdade seria aquilo que não poderia adquirir sentido ou tornar-se inteligível para aqueles que, por não participarem do jogo, não são capazes de dar conta das relações travadas em determinado *campo político*:

[...] menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, 'não veem nele interesse' e não podem compreender que este ou aquele distingo entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses distinguos (Bourdieu, 1989, p. 178).

Algumas (ou muitas) nuances de significado dos discursos, disputas e performances dos participantes das conferências jamais poderiam ser alcançadas por mim, ainda em 2008, quando dava meus primeiros passos nesse campo de pesquisa e ignorava as relações entre grupos, pessoas, partidos e seus interesses particulares. Já em 2011, deixei de registrar nos meus cadernos de campo, mais ou menos conscientemente, aquilo que eu costumava minutar nos primeiros anos da pesquisa: falas protocolares e lugares comuns no discurso de representantes institucionais, recorrências reivindicativas de lideranças da militância e dinâmicas ritualísticas de funcionamento de eventos. Ou seja, aquilo que já estava saturado pela minha percepção do campo foi perdendo espaço nas minhas anotações. Na segunda conferência, detive-me em elementos "observáveis" na plenária final, lugar em que conflitos e diferenças aparecem com mais vigor, menos controlados por discursos pré-rascunhados, ou onde os "imponderáveis" se mostram com mais relevo.

Se os jogos da plenária são menos reconhecíveis para não *entendidos* nas relações travadas no campo, num outro plano, podemos considerar que eu não fui a única a adquirir competência nesse jogo político. Se agucei minha percepção como observadora e eventual participante dessa cena, em três anos e seis meses, os seus protagonistas igualmente

aprimoraram técnicas de discurso, adquiriram mais competência em códigos e linguagens e aperfeiçoaram o manejo do capital pessoal, político e partidário disponível.

A partir desse pano de fundo e buscando puxar alguns fios da trama que vêm construindo os “sujeitos LGBT” no Brasil, nesta primeira parte, discuto as conferências como um ritual de delegação, no sentido de que as encaro como eventos de produção da representação, ao mesmo tempo que produzem justamente aquilo que precisa ser representado. Em seguida, trabalho com documentos que preparam o campo para aquilo que precisa ser delegado, ou que institucionalizam o que foi produzido pelo ritual de delegação. Como será desenvolvido adiante, utilizo como referências principais para essa reflexão o trabalho de Mariza Peirano (2001) sobre a abordagem antropológica de eventos como rituais,² o de Bourdieu a respeito da delegação e da representação política (1989 e 2004) e os desenvolvimentos de Abrams (1988) e Mitchell (2006) para uma visão do *estado-ideia* e dos *efeitos de Estado*, respectivamente.

² Essa abordagem vem sendo amplamente explorada pelo grupo de pesquisadores reunidos no Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), coordenado pelos professores Mariza Peirano (UnB) e Moacir Palmeira (MN-UFRJ), e de diversas instituições, dedicando-se a explorar significados culturais e sociais de processos da política no Brasil por meio da etnografia de eventos, rituais, entre outras situações consideradas estratégicas.